



# Serviço Social e educação popular: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980-2010 no Brasil

Social work and popular education: a cut of the studies produced in the 1980-2010 period in Brazil

ALINE MARIA BATISTA MACHADO\*

ANA CARLA DOS SANTOS\*\*

ELAILLA ANDRIUS DE MORAIS SOARES\*\*\*



**RESUMO** – A finalidade deste artigo é fazer um breve resgate histórico acerca da articulação entre a área da educação popular e a do Serviço Social no Brasil, bem como apresentar os resultados parciais de uma pesquisa que desde 2011 vem sendo realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, da UFPB. O objetivo da investigação é realizar um estudo acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social à temática da educação popular entre os anos de 1980 e 2010. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja abordagem de tipo quali-quantitativa, toma como procedimento de análise a técnica análise de conteúdo. De modo geral, os resultados estão revelando que a maioria das produções teóricas que articula Serviço Social ao tema da educação popular advém de mulheres, porém, tal produção tem se mostrado incipiente, visto que em três anos de investigação só encontramos 41 produções. Dentre os resultados obtidos observamos que há necessidade de assistentes sociais que atuam com a Educação Popular sistematizar e publicar mais suas experiências, posto que isso contribuiria com o debate da educação popular no Serviço Social. Por outro lado, tais resultados podem estar revelando que não há muitos profissionais de Serviço Social estudando essa temática ou atuando na área, devido, inclusive, ao próprio afastamento histórico de intelectuais do Serviço Social da área da educação popular devido à crítica ao ecletismo teórico entre os anos de 1970 e 1980, mas o fato é que a década atual tem resgatado o diálogo entre essas duas temáticas, a exemplo do CFESS em publicação recente acerca dos “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”.

**Palavras-chave** – Educação popular. Serviço Social. Produção teórica.

**ABSTRACT** – The purpose of this article is to make a brief background about the link between the area of popular education and social service in Brazil and present the partial results of a survey that has been conducted since 2011 by the Group of Studies and Research in Education People, Social Services and Social Movements - GEPEDUPSS, UFPB. The goal of the research is to conduct a study on the theoretical production at the national level that articulates social work to the theme of popular education between 1980 and 2010. In terms of methodology, it is a literature, whose qualitative and quantitative approach takes as analysis procedure the technical content analysis. In general, the results are revealing that most academic research that articulates social work to the theme of popular education comes from women, however, such

---

\* Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, João Pessoa – Paraíba, Brasil. E-mail: [prof.alinemachado23@yahoo.com.br](mailto:prof.alinemachado23@yahoo.com.br)

\*\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bolsista PIBIC e integrante do GEPEDUPSS. João Pessoa – Paraíba, Brasil. E-mail: [karlla\\_santos2011@hotmail.com](mailto:karlla_santos2011@hotmail.com)

\*\*\* Assistente Social, Mestranda em Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e integrante do GEPEDUPSS. João Pessoa – Paraíba, Brasil. E-mail: [ellaila\\_andrius@hotmail.com](mailto:ellaila_andrius@hotmail.com)

Submetido em: dezembro/2014. Aprovado em: dezembro/2014.

production has shown incipient, as in three years of research found only 41 productions. Among the results we observed that there is need for social workers who work with the People's Education systematize and publish more their experiences, since it would contribute to the discussion of popular education in social work. Furthermore, such results may be revealing that there are not many professional social work studying this subject or working in the area, because even to the historical expulsion intellectuals of Social Work area of popular education due to criticism of the theoretical eclecticism between the years 1970 and 1980, but the fact is that the current decade has rescued dialogue between these two themes, such as the CFESS in a recent publication about the "Grants for practicing social workers in education policy."

**Keywords** – Popular education. Social Service. Theoretical production.

---

“Uma temática só é emergente em uma profissão quando há incidência de pelo menos duas variáveis. Uma é a conjuntura, que passa por uma categoria profissional um conjunto de demandas que até então eram inexistentes ou inexpressivas” (MATOS, 2009, p. 514). E, “uma outra variável é que, [...] conectados com a realidade, os profissionais de uma categoria podem estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas” (Ibidem). E completa: “o que está colocado é a capacidade de alguns profissionais de perceberem uma demanda em potencial e provocá-la para que esta se efetive” (Ibidem).

O autor explica que nessa primeira variável (conjuntura) uma temática emerge a partir da demanda da realidade e da capacidade de resposta dos profissionais. No caso da educação popular, ela não é uma temática inexistente e sim inexpressiva nas produções que a articulam ao Serviço Social, porém, ainda que incipiente, veremos que 58% das produções que articulam as duas áreas (Serviço Social e educação popular) são da década atual. O que conecta essa primeira variável (conjuntura) a segunda (estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas), que aqui nos referimos à importância da educação popular para a formação e prática do assistente social, até porque a grande maioria das produções investigadas percebe a educação popular como uma demanda em potencial na área do Serviço Social, que deve ser provocada para que se efetive.

Em fevereiro de 2013 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou uma brochura intitulada “Subsídios para a atuação na política de educação”, a qual visa a contribuir para que a atuação profissional do assistente social na política de educação se efetive em consonância com o fortalecimento tanto do projeto ético-político do Serviço Social como da luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade. Diante disso, o documento destaca alguns desafios apontados pelo GT nacional para a consolidação do serviço social na política de educação, dentre os quais um nos chamou atenção pelo fato de estudarmos a temática há alguns anos, qual seja: “Problematizar junto aos assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da *educação popular*, na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências” (CFESS, 2013, p. 61).

A nosso ver, refletir sobre a educação popular na contemporaneidade é retomar a defesa de um projeto educacional que valorize concretamente a emancipação humana. É desafiar a descrença de alguns na *filosofia da práxis*, pois a educação popular está, indubitavelmente, comprometida com a transformação da sociedade a fim de que esta se desenvolva não apenas no âmbito econômico, mas também no político, social e cultural, haja vista que em pleno século XXI problemas como fome, analfabetismo, violência, desemprego, entre outros, permanecem tão atuais.

Assim sendo, a finalidade deste artigo é fazer um resgate histórico da articulação entre a educação popular e o Serviço Social, bem como apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa bibliográfica que estamos desenvolvendo no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, intitulada, “A articulação teórico-metodológica entre o serviço social e a educação popular” e que tem como objetivo principal realizar um balanço acerca da produção

teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da educação popular entre os anos de 1980-2010.

Vale salientar que esta é a primeira pesquisa desenvolvida pelo GEPEDUPSS, visto que este surgiu no ano de 2010. Tal grupo está articulado diretamente ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e indiretamente, por meio dos seus integrantes, a Pós-Graduação em Educação da mesma universidade, tendo como objetivo central ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o trabalho e a formação profissional do assistente social, contribuir com a produção acadêmica e a preparação de futuros pesquisadores a partir de um referencial teórico-crítico, bem como promover a articulação entre pesquisadores e profissionais que já trabalham com a temática, seja na área do Serviço Social, Educação ou áreas afins, no sentido contribuir com a prática profissional, estimular a organização e mobilização popular e resgatar a articulação entre o universo acadêmico, movimentos sociais e organizações não governamentais – ONGs que atuam com a temática da educação popular, visto que a troca de experiências é central para produção e ampliação do conhecimento e, por conseguinte, para o avanço e transformação da sociedade. Por isso mesmo

a produção do conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou chamar de “estado de conhecimento” ou “estado da arte” (SPOSITO, 2009, p. 7).

Embora nosso estado da arte sobre a produção que articula Serviço Social e educação popular tenha começado em março de 2011, ainda estamos em fase de coleta de dados, visto que a delimitação de espaço geográfico é nacional, ou seja, estamos fazendo um balanço de toda a produção brasileira.

Nessa perspectiva, nossos objetivos específicos são:

1. Identificar se a produção teórica que articula serviço social a educação popular é, de fato, incipiente;
2. Descobrir que áreas acadêmicas produzem mais essa temática;
3. Identificar se os direcionamentos teóricos e metodológicos de tal produção seguem numa perspectiva crítica ou conservadora;
4. Perceber se as produções estão mais voltadas para a formação ou para a prática dos assistentes sociais;
5. Identificar em que regiões brasileiras essa temática está presente e qual é a mais produtiva;
6. Montar um banco de dados sobre a “a produção do conhecimento” ou “estado da arte” acerca da articulação entre Serviço Social e educação popular no Brasil.

Assim sendo, começamos pela historicidade da articulação entre as duas áreas em questão (Serviço Social e educação popular).

## **Resgate histórico da articulação entre a educação popular e o Serviço Social no Brasil<sup>1</sup>**

A educação popular constitui um paradigma educativo que surge no Brasil sistematizado por Paulo Freire, especificamente nos anos de 1960, visando a contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana e

geralmente estão presentes no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou desde o período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada uma prática educativa subversiva.

Mas não é de hoje que o Serviço Social dialoga com a área da educação popular. Conforme Netto (1991), Abreu (2002) e Faleiros (2005), a aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina se dá no decorrer do Movimento de Reconceitualização da profissão, ou seja, do movimento em que os assistentes sociais começam a compreender que a erosão do Serviço Social tradicional passa pela ruptura com as amarras imperialistas do sistema capitalista. Faleiros (2005, p. 25) afirma que devemos considerar “a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire”. Ele destaca que “na perspectiva freiriana é fundamental levar em conta a cultura do povo em qualquer processo de mudança, estabelecendo com ele um diálogo problematizador” (Ibidem).

Abreu (2002) identifica três perfis pedagógicos presentes na prática do Serviço Social: dois conservadores, denominados de “pedagogia da ajuda” e “pedagogia da participação”, e um crítico, “pedagogia da emancipação”. Este último recebeu grande influência da educação popular na ótica de Paulo Freire. Em vista disso, a autora assinala que no Serviço Social “é inegável a contribuição desse referencial [educação popular] na instrumentalização de iniciativas pedagógicas direcionadas para uma politização de segmentos populares a partir de uma visão crítica de suas condições de vida” (p. 113). Citando, assim, as áreas da educação, habitação e assistência social como exemplares dessas experiências pedagógicas, especialmente “junto aos movimentos sociais populares e ONGs estruturadas em bases progressistas” (p. 157).

Contudo, Netto (1991) explica que no período de reconceitualização da profissão houve um ecletismo teórico em uma série de elaborações reconceptualizadas da América Latina, inclusive naquelas que se fundamentavam no livro *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire. Mas, apesar dos equívocos teóricos, o autor reconhece que só “a partir de então criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas” (p. 149). No Brasil, em particular, ao abordar o processo de renovação do Serviço Social, dividindo-o em três direções – “a perspectiva modernizadora”, “a reatualização do conservadorismo” e “a intenção de ruptura” –, o autor aponta a incorporação das ideias freirianas nas formulações do chamado “método BH”, isto é, do método que surge em Belo Horizonte – MG entre 1972 e 1975 como alternativa ao tradicionalismo no processo de “intenção de ruptura”. Tanto é que os formuladores de Belo Horizonte consideravam que o objeto de sua atuação era “a ação social da classe oprimida”, seus objetivos-meios eram “a conscientização, a capacitação e a organização” e seus objetivos-fins eram a “transformação da sociedade e do homem”.

Diante disso, Netto (1991) critica não só os teóricos que buscaram a congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Freire, como a própria noção de “classe oprimida”, uma vez que entende que ela, “noção basicamente política, [...] sugere a remissão a uma estrutura social paradigmaticamente dicotômica, o que compromete [...] não apenas o seu potencial de orientação para intervenção, mas sobretudo a sua capacidade de decifrar o real” (p. 279). No entanto, não obstante o ecletismo e demais equívocos teóricos, o autor entende que no nosso país o “método BH” foi fundamental no processo de construção da “intenção de ruptura”, pois, “foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo” (p. 276).

Cabe dizer que, se o objeto de atuação da profissão fosse mesmo a “ação social da classe oprimida”, como pensavam os formuladores do “método BH”, os resultados da nossa intervenção ficariam totalmente submetidos à ação social dessa classe. Com isso, entendia-se que, se tal classe não agisse, a profissão de Serviço Social era a responsável por tal imobilismo, o que significa que naquela época a profissão abarcava uma responsabilidade enorme pela transformação social, quando, na verdade, profissão nenhuma pode assumir tamanha tarefa, pois a transformação da sociedade advém da luta de classes e não da luta de uma única profissão. Ademais, ainda que a educação popular contribua

com o processo de conscientização dos sujeitos sociais, se esses sujeitos, por meio da práxis, não se dispuserem a transformar o mundo, nada muda. Daí o Serviço Social não poder tomar a “ação social da classe oprimida” como seu objeto de atuação.

Enfim, ao longo dos anos a profissão foi se redefinindo e hoje em dia as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social apontam como objeto de atuação da profissão as expressões da “questão social”, onde se intervém na perspectiva da viabilização de direitos sociais.

Na década de 1980 a relação do Serviço Social latino-americano com a área da educação popular continua, porém, com o diferencial de que não se vivia mais a repressão do regime militar, o qual vigorou no Brasil do período de 1964 a 1985, tanto que em junho de 1986, exatamente um ano após o fim da ditadura no nosso país, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), promoveu, juntamente com a ALAETS/CELATS/CFAS e ENESS, um Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, o qual ocorreu na cidade de Salvador – BA, a fim de preparar a delegação brasileira à assembleia geral da ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), ao Encontro Prévio e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social realizados em Medellín, Colômbia, em julho do mesmo ano.

Segundo a antiga ABESS (1988, p. 4), naquele seminário nacional de 1986 foram destacados dois eixos de interesses dos assistentes sociais: um apontava as questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, ressaltando-se aí as relações e perspectivas históricas do Brasil ao nível do continente, e o outro era exatamente sobre os movimentos sociais e a educação popular. Este último eixo era visto como tema desafiador daquela conjuntura e por isso mesmo tido como fundamental “à prática contraditória dos profissionais de Serviço Social na América Latina, no esforço por uma articulação orgânica ao projeto popular alternativo”.

Assim sendo, podemos dizer que a articulação entre as áreas de Serviço Social e educação popular surge aproximadamente no início da década de 1970. Apesar disso, nos últimos tempos a educação popular não esteve muito presente nos debates acadêmicos da área do Serviço Social, e quase não apareceu nos eventos científicos dessa área, como podemos evidenciar nos anais dos principais congressos ou encontros da profissão dos últimos anos. Contudo, como dissemos no início deste texto, recentemente o CFESS tem buscado retomar esse debate, o que significa que as discussões vêm sendo retomadas mais pelos profissionais da área, a partir de suas práticas cotidianas, do que pelos acadêmicos de Serviço Social, que não têm pesquisado muito sobre o tema. Na verdade, em nossos estudos percebemos que alguns até debatem o tema da educação popular, mas poucos fazem a articulação deste com o Serviço Social.

O fato é que, apesar do debate acerca desse tipo de educação ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas em educação popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil. Conforme Iamamoto (2002, p. 33), é muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. Algo que “representa uma ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso” (Ibidem), sobretudo porque a perspectiva da luta por direitos, estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social, passa a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social.

Diante disso, a autora afirma que se faz necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical, mas não do trabalho de campo. Nesse sentido, a provocação da autora, de que é preciso repensar o trabalho de mobilização e educação popular no nível da formação profissional, é extremamente oportuna, especialmente quando explica que

re-pensar o trabalho de mobilização e *educação popular* [...] não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente (IAMAMOTO, 2002, p. 33).

Assim sendo, ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o Serviço Social e realizar pesquisas no âmbito das ONGs e demais instituições que atuam com esse tipo de educação é fundamental para a formação e prática dos estudantes e profissionais da área, até porque, conforme Freire (2007, p. 103-105), “a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um *nadar contra a correnteza*”. Isso converge com os princípios do Projeto Ético-Político Profissional do Assistente Social, que optou por vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 11), ou seja, também *nada contra a mesma correnteza* o sistema capitalista.

## **Os resultados parciais da produção teórica brasileira que articula o Serviço Social e a educação popular**

A partir de pesquisas em bibliotecas, livrarias, anais de congressos e internet, sobretudo no banco de teses do site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), o GEPEDUPSS tem conseguido alguns resultados acerca da produção teórica que articula as áreas de Serviço Social e Educação Popular. Além disso, em 2014 a tese de doutorado de Vargas (2014) também contribuiu com nossa pesquisa, visto que, ao fazer uma análise das produções de Serviço Social que abordam o tema da educação popular entre os anos de 2006 e 2014, apontou mais sete produções que ainda desconhecíamos e que foram inseridas em nosso banco de dados, já que nosso recorte temporal vai até 2010.

A coleta de dados teve início em março de 2011 e cada integrante do grupo tem se responsabilizado por pesquisar um estado, porém, iniciamos com as universidades públicas e só posteriormente partimos para as privadas, com exceção das universidades confessionais, como as PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) e das faculdades particulares, que já estão sendo investigadas desde o início.

Desse modo, até o momento fizemos o levantamento das produções acadêmicas (monografias, dissertações e teses) de 48 universidades (entre públicas e privadas), 10 faculdades, 3 Centros Universitários, 3 Pontifícias Católicas (PUCs), 1 Escola Superior e 1 Fundação, perfazendo um total de 66 instituições situadas em 20 estados (Amazonas, Amapá, Tocantins, Roraima, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), de quatro regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste), conforme o Quadro 1

Quadro 1: Distribuição por regiões e estados das universidades brasileiras pesquisadas até o momento no banco de teses do site da CAPES (1987-2010)

REGIÃO	ESTADOS	UNIVERSIDADES PESQUISADAS	
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	
		Centro Universitário do Norte – UNINORTE	
		Faculdade Martha Falcão – FMT	
		Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO	
		Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB	
		Faculdade Táhirih – FT	
		Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA	
Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM			
Faculdade Literatus – FAL			
Universidade Nilton Lins – UNINILTONLINS			
Universidade Estadual do Amazonas – UEA			
Amapá	Universidade Federal do Amapá – UFAP	Universidade Estadual do Amapá – UEAP	
Tocantins		Universidade Federal de Tocantins	
Roraima	Universidade Federal de Roraima – UFRR	Universidade Estadual de Roraima – UERR	
Nordeste	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	
		Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	
		Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	
	Pernambuco		Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
	Piauí	Universidade do Vale do Piauí	Universidade Federal do Piauí – UFPI
			Universidade Estadual do Piauí – UESPI
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
			Faculdade de Imperatriz – FACIMP
	Ceará	Universidade Federal do Ceará – UFC	Universidade Estadual do Ceará – UECE
			Faculdade Terra Nordeste – FETENE
Bahia	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Universidade do Estado da Bahia – UNEB	
		Universidade Estadual Feira de Santana – UEFS	
		Universidade Estadual do Sul da Bahia – UESB	
		Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	
		Universidade Católica de Salvador – UCSAL	
Alagoas		Universidade Federal de Alagoas – UFAL	
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe – UFS	Universidade Tiradentes	
		Cont.	

	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ
	Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP Universidade Federal de Viçosa – UFV Universidade Federal de Uberlândia – UFU Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG
	São Paulo	Universidade de São Paulo – USP Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Centro-Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília – UNB
	Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Matum – FUMESUNM Universidade de Cuiabá – UNIC Faculdade de Cuiabá – FAUC Faculdade do Vale do Juruena – AJES
	Mato Grosso do Sul	Universidade Anhanguera – UNIDERP Universidade Católica Dom Bosco – UCDB Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN Faculdades Integradas de Três Lagoas
	Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás Universidade Federal de Goiás – UFG Universidade Salgado de Oliveira – Universo (Privada)

Legenda: **AMARELO:** Universidades (entre públicas e privadas) | **ROSA:** Faculdades | **VERDE:** Centros Universitários | **CINZA:** Pontifícias Católicas (PUCs) | **AZUL:** Escola Superior | **VERMELHO:** Fundação.

Cabe ressaltar que até o ano de 2014 as universidades federais dos estados do Amapá, Tocantins e Roraima não possuem cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Serviço Social e Educação. Salvo a Universidade Federal de Roraima – UFRR, que a partir de 2009 criou o curso de Licenciatura em Educação no Campo, o qual, conforme o site da UFRR, realizou o primeiro vestibular no ano de 2010. Não obstante, não se insere no recorte temporal da presente pesquisa, que vai de 1980 a 2010.

Ressalte-se, também, que as investigações realizadas especificamente no banco de teses do site da CAPES concluímos as regiões: **Nordeste**, e **Centro Oeste**, faltando, portanto, concluir as regiões **Norte**, **Sul** e **Sudeste**.



Contudo, a pesquisa é uma tarefa longa, difícil e exige anos de investigação. Tanto é que desde março de 2011 iniciamos nosso levantamento bibliográfico, investigamos 66 instituições de nível superior, várias livrarias e bibliotecas, mas até agora só encontramos 41 produções.

Até o presente momento podemos dizer que, a partir de uma visão geral sobre os dados, temos os seguintes resultados:

- 1º) No que se refere ao gênero dos(as) autores(as), a maioria da produção advém de mulheres;
- 2º) A produção teórica tem se mostrado incipiente, visto que, apesar de investigarmos 66 instituições e vários sites e bibliotecas só encontramos 41;
- 3º) Desse total, a maioria foi publicada na década atual;
- 4º) Encontramos 9 publicações de livros e 1 publicação de capítulo de livro na área de Serviço Social que apontam ou abordam o tema da educação popular;
- 5º) Ademais, a pesquisa revelou 2 teses de doutorado, 6 dissertações de mestrados e 2 monografias de graduação;
- 6º) E a maioria das produções foi publicada na cidade de São Paulo.

Quadro 2: Os livros

AUTOR(A)	TÍTULO DA PRODUÇÃO	LOCAL	ANO
Safira Bezerra Ammann	Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.	São Paulo - SP	1980
Vicente de Paula Faleiros	Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1981.	São Paulo - SP	1981
Maria Herlinda Borges Oliva	Política de Estado e prática social. São Paulo: Cortez, 1987.	São Paulo - SP	1987
			Cont.

José Paulo Netto	Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.	São Paulo - SP	1991
Jeanete L. Martins de Sá	Conhecimento e currículo em Serviço Social: análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.	São Paulo - SP	1995
Maria Ozanira da Silva e Silva	O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.	São Paulo - SP	1995
Marina Maciel Abreu	Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.	São Paulo - SP	2002
Marilda Villela Iamamoto	Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.	São Paulo - SP	2007
Lucí Faria Pinheiro	Serviço Social, religião e movimentos sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Gramm/FAPERJ, 2010.	Rio de Janeiro - RJ	2010

No que diz respeito a esses livros, observamos que a maioria foi publicada pela Editora Cortez, consequentemente prevalece o Estado de São Paulo como *locus* central dessa produção, porém, ainda que articulem as duas temáticas, a educação popular aparece de forma transversal e não como tema principal. Além disso, apenas o livro de José Paulo Netto critica a educação popular (devido ao ecletismo teórico da profissão na época do movimento de renovação da profissão); os demais, ainda que também apontem uma perspectiva crítica, consideram a importância da educação popular para os profissionais de Serviço Social, sobretudo quando estes atuam com a questão da organização política da classe trabalhadora.

Quadro 3: Os capítulos de livros

AUTOR(A)	TÍTULO DA PRODUÇÃO	LOCAL	ANO
Regina Célia Mioto	Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	Brasília-DF	2009

O capítulo de livro, por sua vez, foi organizado e editado em 2009 na cidade de Brasília pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. E com o apoio do Centro de Educação a Distância/CEAD da Universidade de Brasília – UnB. Nele o tema da educação popular também aparece de forma transversal.

Quadro 4: As Teses de doutorado

AUTOR(A)	TÍTULO DA PRODUÇÃO	LOCAL	ÁREA	ANO
Eder Soares	A dialogicidade freireana na educação de jovens e adultos	UNESP Franca-SP	Serviço Social	2006
Osmar Pancera	A práxis artístico cultural da ONG Rádio Margarida: uma história de linguagens artísticas e meios de comunicação social	PUC-SP São Paulo-SP	Serviço Social	2009

Nas teses de doutorado notamos que ambas foram publicadas no Estado de São Paulo, portanto, na região Sudeste. Ambas são da área de Serviço Social e tomam a educação popular como tema transversal e não central. Ainda não encontramos teses em outra década, só na atual, talvez pelo fato das pós-graduações, em nível doutoral, serem mais recentes que os mestrados no nosso país.

Quadro 5: As Dissertações de mestrado

AUTOR(A)	TÍTULO DA PRODUÇÃO	LOCAL	ÁREA	ANO
Raimunda Nonata do Nascimento Santana	Serviço Social e educação popular: a questão das relações na sociedade brasileira.	PUCRS Porto Alegre -RS	Serviço Social	1985
Marta Beatriz Rodrigues Ruiz	Influencia y vigencia del pensamiento de Paulo Freire en Trabajo Social.	PUCRS Porto Alegre-RS	Serviço Social	1988
Dirce de Melo Teixeira	Educação popular na formação do assistente social.	UFPB João Pessoa-PB	Educação	1992
Marilene Aparecida Coelho	Processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício-1974/1992.	UFG Goiânia-GO	Educação	1997
Telma Cristiane Sasso de Lima	As ações sócio-educativas e o Projeto Ético Político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica.	UFSC Florianópolis-SC	Serviço Social	2006
Ana Soraia Haddad Biasi	Serviço Social, educação popular e relações de gênero: um diálogo entre três saberes em busca da emancipação.	Unisinos São Leopoldo-RS	Educação	2007

Quadro 6: As Monografias de conclusão de curso de graduação

AUTOR(A)	TÍTULO DA PRODUÇÃO	LOCAL	ÁREA	ANO
Marisa Maria Moraes Muniz	Serviço Social E educação popular: a ação profissional do serviço social no sub-projeto <i>Os Meninos de Rua</i>	UNB Brasília-DF	Serviço Social	1988
Luiz Agostinho Baldi	Serviço Social e educação popular	UFJF Juiz de Fora-MG	Serviço Social	2010

Nas dissertações de mestrado é possível perceber que a região Sul se destaca, pois das 6 dissertações 4 são dessa região e apenas 2 são de outras regiões, sendo 1 da região Centro Oeste e 1 da região Nordeste. Das 6 dissertações 3 são da área de Serviço Social e 3 da área de Educação, ao passo que as 2 monografias são da área de Serviço Social, sendo uma do Centro-Oeste e outra do Sudeste, revelando que a maioria dessas produções (graduação e pós-graduação) é da área de Serviço Social. O que nos chama atenção é que a distância de uma publicação pra outra no nível graduação é muito grande, 22 anos. Outro aspecto importante a destacar é que, ao contrário das produções em livros e capítulos de livros, as dissertações e monografias encontradas tomam a temática da educação popular como foco central e não transversal.

Objetivando uma análise mais detalhada do Quadro 2, ou seja, do quadro geral das produções pesquisadas, fizemos algumas tabulações, conforme visualizaremos na Tabela 1.

Tabela 1:

<b>GÊNERO DOS(AS) AUTORES(AS) DAS PRODUÇÕES INVESTIGADAS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Feminino	28	68
Masculino	11	27
Escrito coletivamente por autores de ambos os Gêneros	01	2,5
Não identificado por ser autoria de uma associação	01	2,5
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

A Tabela 1 revela que até o momento 68% das produções investigadas advêm de mulheres, ao passo que apenas 27% vêm de homens, 2,5% foi escrito por autores de ambos os gêneros e 2,5% não é possível identificar o gênero devido ser autoria de uma associação, a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), que hoje é ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). O fato de a maioria dos autores ser mulheres certamente se justifique devido aos cursos de Serviço Social e Pedagogia serem historicamente compostos por uma maioria feminina, ainda que saibamos que nas pós-graduações dessas mesmas áreas também há pessoas de outros cursos. Contudo, conforme site do Governo Federal (2012), no Brasil as mulheres são mais da metade da população e já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, ganham menos do que o universo masculino trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Nos últimos anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de renda melhorou, mas a desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito significativa.

Aqui cabe destacar, também, outro aspecto: o fato de que alguns autores aparecem em mais de uma produção (Quadro 5).

Quadro 5: Autores repetidos

<b>AUTORES(AS) QUE APARECEM EM MAIS DE UMA PRODUÇÃO</b>	<b>ANO DAS SUAS PRODUÇÕES</b>
1. Vicente de Paula Faleiros	1981 e 2005
2. Marilda Villela Iamamoto	2002 e 2007
Cont.	

3. Marina Maciel Abreu	2002 e 2009
4. Eblin Farage	2005 e 2009
5. Luiz Agostinho Baldi	2010 e 2010
6. Aline Maria Batista Machado	2010 e 2010

Cada um deles aparece 2 vezes no quadro geral das produções, o que implica dizer duas coisas: primeiro, que até agora são os que mais produziram acerca da articulação do Serviço Social e educação popular, ainda que só tenham uma produção a mais que os outros autores, e, segundo, que o fato de aparecerem mais de uma vez na lista dos autores releva que, embora tenhamos 41 produções, elas não são de 41 autores diferentes e sim de 35, e destes 35, 24 produções são de mulheres (69%), 9 são homens (26%) e 2 produções (5%) advém de associações ou trabalhos coletivos de autores de ambos os sexos. Tais dados demonstram que, ainda assim, a produção investigada advém de uma maioria feminina.

Tabela 2:

<b>ANO DAS PRODUÇÕES</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Década de 1980	11	27
Década de 1990	06	15
Década de 2000	24	58
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

O resultado sobre o ano das publicações nos surpreendeu, pois como o Serviço Social se aproximou da área da educação popular, sobretudo na década de 1970, nossa hipótese era de que os anos seguintes a esse período, década de 1980, seriam os de maior produção sobre essa temática; porém, os resultados estão revelando que a maior produção (58%) tem sido na década atual, enquanto 27% se deu na década de 1980 e apenas 15% na década de 1990. Cabe ressaltar, que até o ano de 1985 o país vivia uma conjuntura de ditadura militar (1964-1985), período em que leituras atreladas a qualquer crítica ao sistema eram tidas como subversivas e, por isso, severamente punidas, o que certamente pode justificar apenas 5 produções entre 1981 e 1985 que atrelavam Serviço Social a educação popular, as demais são de 1987 em diante, pós-ditadura militar.

No que se refere à baixa produção da década de 1990, entendemos que dois fatores podem ter contribuído. Primeiro, um de ordem interna, que foi a crítica de Netto (1991) ao ecletismo teórico da área de Serviço Social no processo de renovação da profissão, onde aponta a relação dos assistentes sociais com a educação popular como “intenção de ruptura” e não ruptura de fato. Ou seja, apesar das primeiras formulações críticas ao sistema, houve muita confusão teórica, como já apontamos no início deste texto. Segundo, um fator de ordem externa ou conjuntural, a queda do Muro de Berlim em 1989, visto que a partir disso muitos educadores e militantes abandonaram a educação popular, pois, como ela estimulava as mobilizações e lutas sociais para um novo modelo de sociedade, com a derrocada do Muro muitos passaram a considerar o fim do “Socialismo Real” e, conseqüentemente, a impossibilidade de outro modelo de sociedade e, com isso, a crise da própria educação popular, que atualmente vem sendo ressignificada por determinados autores, os quais se afastam cada vez mais da questão de classe ou lutas de classes e partem para concepções reformistas acerca desse tipo de educação.

Tabela 3:

TIPO DE PRODUÇÃO	Nº	%
Artigos completos publicados em anais de eventos científicos	10	24
Livros	09	22
Artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social ( <i>Serviço Social e Sociedade, Temporalis e Cadernos Abess</i> )	08	20
Dissertações de mestrado	06	15
Teses de doutorado	02	5
Monografias	02	5
Entrevistas publicadas em revistas científicas da área do Serviço Social	01	2,4
Artigo publicado em site de produção acadêmica	01	2,4
Livreto informativo	01	2,4
Capítulo de livro	01	2,4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

A Tabela 3 demonstra que a maioria das publicações (24%) são artigos completos publicados em anais de eventos científicos, 22% são livros, 20% são artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social (*Serviço Social e Sociedade, Temporalis e Cadernos Abess*), 15% configuram-se em dissertações de mestrado, 5% teses de doutorado, 5% monografias de graduação, 2,4% entrevistas publicadas em revistas científicas da área do Serviço Social, 2,4% é artigo publicado em *site* de produção acadêmica, 2,4% capítulo de livro e 2,4% livreto informativo.

Cabe destacar que foram 5 eventos científicos que publicaram a maioria da produção, os quais ocorreram entre os anos de 2005 e 2010, nas cidades de João Pessoa-PB, São Luiz-MA e Rio de Janeiro-RJ (Quadro 6).

Quadro 6:

3 Artigos publicados nos anais do Seminário de Educação Popular.	Promovido pela UFRJ	Ano 2005
1 publicado nos anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS.	Promovido pela UFMA	Ano 2008
1 nos anais do IX CCHLA Conhecimento em Debate.	Promovido pela UFPB	Ano 2010
4 publicados nos anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS	Promovido pela UERJ	Ano 2010
1 outro no Seminário Nacional “O trabalho do(a) assistente social no SUAS”.	Também promovido pela UERJ	Ano 2009 (porém, cabe destacar que embora tenhamos registrado em 2009, que foi a data do evento, apenas em 2011 saiu sua publicação <i>on-line</i> pelo CFESS).

Vejamos na Tabela 4 a distribuição total das produções conforme os locais das publicações e seus respectivos anos.

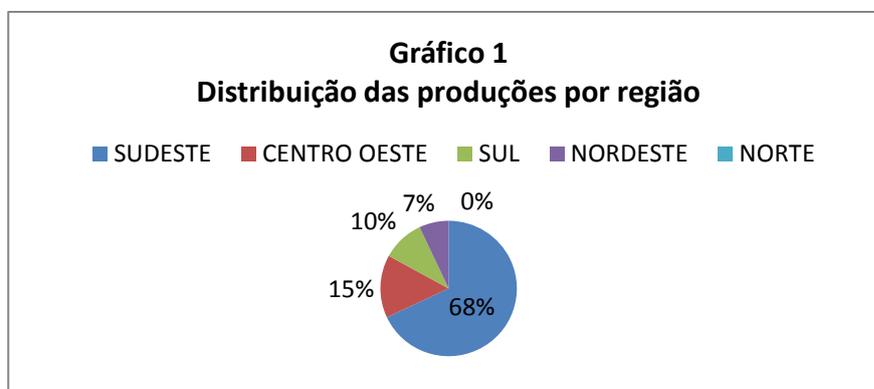
Tabela 4:

Local das publicações	DÉCADAS DAS PRODUÇÕES			Nº	%
	Oitenta	Noventa	Dois mil		
São Paulo-SP	08	04	05	17	41,4
Rio de Janeiro-RJ	-	-	10	10	24,3
Brasília-DF	01		03	04	10
João Pessoa-PB		01	01	02	5
Porto Alegre-RS	02	-	-	02	5
Goiânia-GO	-	01	-	01	2,4
Cuiabá-MT	-	-	01	01	2,4
São Leopoldo-RS	-	-	01	01	2,4
Florianópolis-SC	-	-	01	01	2,4
Juiz de Fora-MG	-	-	01	01	2,4
São Luiz-MA	-	-	01	01	2,4
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>06</b>	<b>24</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Conforme a Tabela 4, são 11 os locais onde despontam as publicações das produções teóricas que articularam Serviço Social e educação popular. São eles: São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Brasília-DF, João Pessoa-PB, Porto Alegre-RS, Goiânia-GO, Cuiabá-MT, São Leopoldo-RS, Florianópolis-SC, Juiz de Fora-MG e São Luiz-MA. Dentre eles, São Paulo se destaca, apresentando 41,4% das produções, seguido do Rio de Janeiro, com 24,3%, e de Brasília, com 10%. Entre as demais cidades, João Pessoa e Porto Alegre apresentam 5% cada, e Cuiabá, São Leopoldo, Florianópolis, Juiz de Fora e São Luiz apresentam, cada uma delas, 2,4% das produções.

Ademais, as produções mais antigas, duas de 1980, foram publicadas em São Paulo-SP, e as mais recentes datam de 2010, no Rio de Janeiro-RJ, em João Pessoa-PB e Juiz de Fora-MG.

A partir da Tabela 4 também foi possível observar quais regiões vem produzindo mais acerca do tema.



O Gráfico 1 demonstra que 68% das produções foram publicadas na região Sudeste, 15% na região Centro Oeste, 10% na região Sul, 7% na região Nordeste e nenhuma na região Norte.

Por fim, no que se refere aos títulos das produções pesquisadas destacam-se temas transversais (Cf. Tabela 5).

Tabela 5:

TEMAS TRANSVERSAIS PRESENTES NOS TÍTULOS DAS PRODUÇÕES	Nº	%
Não trazem temas transversais, apenas subtemáticas do próprio serviço social ou da educação popular (tais como: ideologia do trabalho social, pensamento de Paulo Freire, popular, ações educativas, educação política, formação e/ou atuação profissional, projeto profissional, questão social e direitos sociais)	25	61
Saúde (Saúde do idoso, movimento popular em saúde)	03	7,3
Cultura	02	5
Produção do conhecimento (conhecimento e currículo)	02	5
Desenvolvimento de Comunidade/ONGs	02	5
Religião e Movimentos Sociais	01	2,4
Ditadura	01	2,4
Família	01	2,4
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	01	2,4%
Escola pública	01	2,4
Relações de Gênero	01	2,4
Meninos de rua	01	2,4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

De acordo com a Tabela 5, os temas transversais que aparecem nos títulos das produções pesquisadas são: família (2,4%), ditadura (2,4%), relações de gênero (2,4%), meninos de rua (2,4%), Educação de Jovens e Adultos – EJA (2,4%), escola pública (2,4%), desenvolvimento de comunidade/ONGs (5%), produção do conhecimento (5%), cultura (5%) e saúde (7,3%). Os que não trazem temas transversais no título, apenas subtemáticas do próprio serviço social ou da educação popular (tais como: pensamento de Paulo Freire, popular, ações educativas, educação política, formação e/ou atuação profissional, projeto profissional, questão social e direitos sociais) equivalem a 61%, ou seja, a grande maioria realizou especificamente o diálogo entre essas duas áreas (Serviço Social e educação popular). Contudo, como ainda estamos desenvolvendo a coleta de dados, não temos resultados mais profundos acerca da articulação teórico-metodológicas dessas produções, mas podemos anunciar que a grande maioria adota uma perspectiva crítica.

### Considerações finais

No âmbito do Serviço Social, Iamamoto (2010, p. 200) afirma que os assistentes sociais precisam ter conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais, visto que isso pode alimentar ações inovadoras. Aliás, tal “conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência

crítica e uma cultura pública democrática”. Com essa afirmação, a autora tanto estimula o desenvolvimento de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho dos segmentos populacionais atendidos como estimula os profissionais a impulsionarem a consciência política desses mesmos segmentos, até porque a consciência política significa “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica é a primeira fase de uma autoconsciência, na qual a teoria e a prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1995, p. 21).

Mas, em termos técnico-operativos, de que forma se estimula a consciência política dos sujeitos sociais? De que maneira podemos impulsionar uma cultura pública democrática? E o assistente social vem intervindo nessa perspectiva? Se sim, como vem se dando essa intervenção?

Quanto ao primeiro e o segundo questionamento, podemos dizer que nisso (estímulo a consciência crítica e a uma cultura democrática) a metodologia da educação popular é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternas, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais, o que significa que esse tipo de educação, enquanto práxis educativa, visa estimular a práxis social, uma vez que esta “une compreensão teórica à ação real, com vistas à transformação [...] da sociedade” (VÁZQUEZ, 1977).

Quanto às questões referentes à intervenção profissional, nos acostamos a opinião de Santos (2010, p. 96), ao dizer que “é urgente a necessidade de se conhecer a intervenção do Serviço Social, incluindo os instrumentais necessários a essa intervenção”. Para a autora, o que existe hoje não é mais a necessidade de mudança de currículo, mas a aproximação da academia à realidade posta aos “profissionais da intervenção”. Além disso, também concordamos com Fernandes (apud VARGAS, 2014, p. 16) ao afirmar que:

muito mais do que listarmos essas possibilidades de instrumentos e de meios de trabalhar, está a forma como os utilizamos, a intenção, os propósitos, a viabilização dos direitos, do acesso, a informação, a participação, que correspondem ao resultado da ação profissional.

Daí entendermos que se na prática o assistente social já se depara e atua com a educação popular ou pode criar possibilidades de atuar fundamentado nela. Os centros de formação profissional devem, por meio de pesquisas, aprender com a educação popular, mas também nela intervir, contribuir, viabilizando, assim, uma relação dialética e dialógica entre educação popular e Serviço Social e, quem sabe, a formação de assistentes sociais mais críticos, dialógicos, democráticos e de fato capacitados para impulsionar a consciência crítica, a participação política, a organização popular e uma cultura crítica democrática.

Quando os intelectuais, e aqui se incluem os assistentes sociais, se reconhecem como classe trabalhadora e não apenas como indivíduos ou profissionais detentores do saber, e defendem ideias em favor dessa classe, tornam-se indispensáveis ao grupo social excluído do sistema hegemônico e ameaçadores do grupo que dirige tal sistema. Ao atuarem, podem contribuir com as camadas populares a reconhecerem-se como sujeitos histórico-sociais colaborando, assim, com a organização política da classe subalternizada, até mesmo porque qualquer ação educativa, por mais dialógica que possa ser, nunca será neutra.

Abreu (2011, p. 230), além de identificar os perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social relaciona assistência social, educação popular e mobilização. Conforme a autora “a mobilização e a educação popular constituíram eixos centrais nas propostas pedagógicas que respaldaram os avanços e a consolidação do projeto ético-político da profissão nos anos 1980, pautado na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora”. Na década atual, a autora aponta que a “a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação populares” (2002, p. 216). Aqueles(as) que intervêm a partir de uma lógica emancipatória voltam-se para o “rompimento de práticas identificadas com uma cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e

sociedade” (Ibidem). Daí citar como exemplos algumas experiências em orçamentos participativos e determinados programas de renda mínima articulados à educação.

Portanto, ainda que saibamos que o fazer profissional do assistente social se distingue da arena da militância política, e que sua profissão se configura como especialização da divisão social e técnica do trabalho, por isso mesmo seu exercício profissional é mediado por uma relação assalariada, entendemos aqui que sempre podemos nos posicionar contra a hegemonia da classe dominante, e, dentro das nossas possibilidades institucionais, nos dispor a participar efetivamente da construção da hegemonia das classes dominadas, conforme a opção do nosso Projeto Ético-Político Profissional. E nessa empreitada a educação popular é uma importante aliada, tanto no debate político-ideológico como no teórico-metodológico e no técnico-operativo que se opõe a hegemonia dominante.

## Referências

- ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Apresentação. *Caderno Abess*, n. 2, p. 3-4, 1988.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Hilda Correa de; FARAGE, Eblin. Assistência social, mobilização e educação popular. SEMINÁRIO NACIONAL “O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS”. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. 2013. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=908](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=908). Acesso em: 16 fev. 2013.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 84, p. 21-36, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1.
- VARGAS, Tatiane Moreira. *Serviço Social e educação popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2014.
- VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

---

<sup>1</sup> Embora este artigo seja inédito, convém registrar que apenas parte deste tópico já foi publicado em: MACHADO, Aline Maria B. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 109, 2012.